

# DESAFIOS ATUAIS DA COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÕES COM A SOCIEDADE (CORIN) DA UFRJ: UMA ENTREVISTA COM DIEGO FRÓES.

Carla Alessandra de Lima Gomes<sup>1</sup>

Gustavo Cravo de Azevedo<sup>2</sup>

A Coordenação de Relações Institucionais e Articulações com a Sociedade (CORIN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desempenha um papel fundamental na interface entre a instituição e os órgãos de controle, justiça, e sociedade em geral. As atribuições da CORIN incluem: a) recepção e encaminhamento de correspondências e demandas oriundas de órgãos como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério Público Federal (MPF), além de demandas judiciais; b) análise e encaminhamento de informações requisitadas aos setores ou unidades competentes da UFRJ; c) controle e cumprimento dos prazos estabelecidos para as respostas às requisições; e d) coordenação das respostas institucionais em nome do reitor, garantindo que todas as informações estejam em conformidade com os regulamentos vigentes.



**Diego Fróes, Diretor da Divisão Administrativa das Comissões, Reitoria/UFRJ.**

**Foto: Carla Alessandra**

Desde sua criação em 2016, em substituição à Coordenação de Atendimento aos Órgãos de Controle (CAOC), a CORIN tem ampliado suas funções, tanto pela incorporação de novas responsabilidades quanto pelo aumento das demandas e da complexidade das questões tratadas. Atualmente, as funções da CORIN estão centralizadas, ao contrário do que ocorria anteriormente. Além de continuar trabalhando de forma próxima com a Ouvidoria e a Comissão de Ética, especialmente em temas relacionados a denúncias e

---

<sup>1</sup> Especialista em Administração Universitária UFRJ. Trabalhadora administrativa UFRJ.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais PUC-Rio. Professor do Curso de Especialização em Administração Universitária.

## DESAFIOS ATUAIS DA COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÕES COM A SOCIEDADE (CORIN) DA UFRJ

situações de assédio moral, a Corin encontrou uma forma de se alinhar ao assunto, participando de um fluxograma.

Diego Fróes, chefe da Divisão Administrativa das Comissões (DAC), ingressou na CORIN em 2015, após uma trajetória que começou na Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) da UFRJ. Com formação em Direito, Diego encontrou na CORIN um ambiente onde pôde aplicar seus conhecimentos jurídicos e contribuir para a eficiência e integridade das operações institucionais. Para documentar a trajetória da CORIN e conhecê-la melhor, o servidor da Universidade, Diego Fróes, concedeu a entrevista a seguir, em junho de 2024. Na entrevista, ele apresenta sua trajetória, a escolha pela área de atuação, os desafios enfrentados pela CORIN e suas expectativas ao assumir um novo setor, com o qual já teve contato anteriormente, mas não como diretor.

**Carla e Gustavo: Diego, poderia falar um pouco sobre sua formação e como chegou à CORIN?**

**Diego:** Estou na UFRJ desde 2012 como servidor público. Quando entrei aqui, já estava cursando Direito, o que me interessou por estar estudando para concursos. Durante o curso, passei no concurso da UFRJ. Na época, os novos servidores não escolhiam a lotação, então fui para a Pró-Reitoria de Pessoal. Gostei muito de trabalhar lá, mas à medida que avançava no curso de Direito, queria mais contato com a área jurídica, pois atuava como secretário na PR-4. Manifestei meu desejo de trabalhar em outra unidade ou seção mais alinhada à área jurídica. O Agnaldo, chefe de Gabinete e Pró-Reitor, sugeriu que eu viesse para a Coordenação de Relações Institucionais e Articulações com a Sociedade (CORIN), em 2015. Desde então, estou aqui e me sinto realizado. Gosto muito do trabalho e das atividades desenvolvidas. É um lugar onde sinto que posso fazer a diferença e contribuir para mudar a percepção da sociedade sobre o serviço público, promovendo eficiência e combate à corrupção. Trabalhamos diretamente com órgãos de controle, justiça, e Ministério Público, sempre buscando prestar esclarecimentos e promover mudanças em procedimentos irregulares na universidade.

**Carla e Gustavo: Você entende que sua formação acadêmica contribuiu para o desempenho do seu trabalho?**

**Diego:** Totalmente. Buscava trabalhar em uma área que tivesse afinidade com Direito, especialmente Direito Administrativo, que sempre me interessou. Embora meu cargo seja de assistente administrativo e eu não atue como advogado ou operador do Direito, o

## DESAFIOS ATUAIS DA COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÕES COM A SOCIEDADE (CORIN) DA UFRJ

conhecimento acumulado na graduação em Direito fez toda a diferença. Esse conhecimento me proporciona segurança nas tarefas que realizo. Vejo que servidores que chegam à CORIN sem formação na área jurídica frequentemente sentem medo e extrema insegurança ao lidar com procuradores da república, juízes e auditores. Essa insegurança geralmente não é uma preocupação para quem tem formação em Direito.

### **Carla e Gustavo: Poderia falar a evolução da função e o cotidiano da CORIN?**

**Diego:** Quando cheguei à CORIN, ela era um órgão bem menor, composto por três servidores; eu fui o quarto. Estávamos em uma sala pequena, no JMM, que era o antigo prédio da Reitoria, e as atribuições eram bem mais restritas. Lidávamos exclusivamente com o TCU, a CGU e o MPF. Com o tempo, a CORIN passou a absorver demandas adicionais, tanto por causa do perfil centralizador da chefia na época quanto por decisões da gestão, expandindo suas funções para incluir auditorias e auditorias internas. Nesse contexto de expansão, também recebemos a gestão do E-SIC, que hoje está na Ouvidoria. Essas mudanças ocorreram em parte devido à falta de servidores em outros setores e problemas de relacionamento com chefias, que levaram a gestão a transferir essas responsabilidades para a CORIN. A equipe cresceu em termos de demanda, mas não de servidores, o que nos deixou muito atarefados e exigiu que aprendêssemos sobre diversas áreas paralelas, como Ouvidoria e Auditoria, sem ter um conhecimento prévio significativo. Hoje em dia, algumas questões ainda são encaminhadas para a CORIN em casos de dúvidas, especialmente aquelas relacionadas a Direito e controle, que são nossa área de atuação. Pessoalmente, passei por várias funções dentro da CORIN, desde a área jurídica até aprender sobre auditoria para lidar com novas demandas. Recentemente, também tive contato com a DAC, embora tenha permanecido na CORIN quando o setor foi deslocado para a PR-4 em 2016. Fomos adquirindo conhecimento na prática e através de cursos na ENAP, que são 100% EAD. A CORIN foi criada com o intuito de ser uma interface entre os órgãos de controle e os órgãos externos da UFRJ, garantindo que as informações fluam adequadamente e estejam em conformidade com as leis e regulamentos.

### **Carla e Gustavo: Poderia falar um pouco sobre o seu trabalho na CORIN?**

**Diego:** Meu trabalho na CORIN está em transição, mas vou explicar como era anteriormente. Eu recepcionava e-mails e correspondências de órgãos como TCU, CGU

## DESAFIOS ATUAIS DA COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÕES COM A SOCIEDADE (CORIN) DA UFRJ

e o Ministério Público, tanto estaduais quanto federais, além de correspondências da Polícia Federal, Polícia Civil e mandados judiciais. Minha função incluía receber essas demandas, interpretá-las e encaminhá-las para os setores ou unidades da UFRJ que possuíssem as informações requisitadas. Eu também esclarecia para essas unidades o que eram essas requisições ou requerimentos e explicava que responder a esses órgãos não era opcional. Fazia o controle de prazos, pois todas as demandas chegavam com prazos específicos. Após receber as respostas das unidades ou setores, eu analisava se as informações fornecidas atendiam ao solicitado e utilizava essas informações para subsidiar uma resposta da reitoria aos órgãos demandantes. Sempre respondíamos em nome do reitor, já que somos um órgão ligado diretamente à reitoria. Recentemente, assumi como chefe da Divisão Administrativa da Comissão, um setor de atividade correcional. Embora haja interseções com meu trabalho anterior, pois esses órgãos continuam a solicitar informações sobre procedimentos em andamento, agora atuamos como parte do sistema de correição do poder executivo federal. Estamos subordinados à CGU e mantemos contato constante com eles, utilizando seus sistemas para registrar processos disciplinares. Estou ainda me inteirando e aprendendo, pois, nossa tradição é continuar trabalhando enquanto adquirimos novos conhecimentos.

**Carla e Gustavo: A CORIN é uma inovação institucional da UFRJ? Você sabe se outras universidades têm uma unidade semelhante?**

**Diego:** A CORIN foi uma inovação na época de sua criação e fundação em 2016. Ela substituiu a CAOC, que era a Coordenação de Atendimento aos Órgãos de Controle. Pelo nome, a CAOC deveria realizar funções semelhantes às da CORIN, mas, na prática, suas atividades eram difusas e careciam de procedimentos bem definidos. A criação da CORIN foi uma resposta a diversos problemas que a universidade estava enfrentando com os órgãos de controle, justiça e Ministério Público. Não havia um controle eficaz das demandas e prazos, as informações se perdiam, e a maior parte do que era solicitado não era devidamente respondido. Acredito que a CORIN veio em boa hora, pois sua criação coincidiu com uma mudança de cultura na universidade, voltada para acompanhar mais de perto as atividades internas, cobrar com mais rigor e utilizar suas prerrogativas, incluindo multas e proposições de ações criminais contra gestores da UFRJ. Sem essa percepção da necessidade de criar uma equipe e um setor especializado para lidar com essas questões, acredito que a universidade teria enfrentado muitos desafios no relacionamento com esses órgãos, que têm o poder de punir, multar e processar a

instituição. Não tenho conhecimento de outras unidades que possuam áreas dedicadas exatamente para essas funções. Apesar de estarmos inseridos na reitoria, a CORIN não está na estrutura da chefia de gabinete; ela está ligada diretamente ao reitor, assim como a Ouvidoria. Sei que outras universidades têm setores de controle, mas desconheço se alguma delas possui uma unidade com as mesmas atribuições que a CORIN.

**Carla: Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre combate a situações de assédio moral dentro da UFRJ. A CORIN recebe demandas desse tipo?**

**Diego:** Sim, a CORIN recebe demandas desse tipo. Quando chega uma denúncia, fazemos um juízo de admissibilidade, ou seja, verificamos se há material disciplinar relevante, se é algo que a DAC deve tratar ou se é apenas um relato sem indícios de desvio de conduta ou outra irregularidade. Após a admissibilidade, se constatarmos que há fundamento, instauramos uma Investigação Preliminar Sumária (IPS) e seguimos com o processo, ouvindo ambas as partes para a realização de um procedimento disciplinar. Essas demandas podem chegar por meio do e-mail da DAC, pela Ouvidoria, que nos encaminha as denúncias, ou até mesmo pela Comissão de Ética, que também pode receber esse tipo de denúncia e repassá-la para nós, assim como nós fazemos em alguns casos. A DAC, a Ouvidoria e a Comissão de Ética criaram em conjunto um fluxograma para lidar com esse tipo de informação.

**Carla: Você está deixando a Divisão de Relacionamento com os Órgãos de Controle (DRC) e assumindo a Divisão de Administração das Comissões (DAC). Quais são os novos desafios?**

**Diego:** Meus novos desafios são muitos. Na DAC, praticamente nada poderá ser deixado como está; não diria que é "reinventar a roda", mas algo próximo disso. O setor está desestruturado, tanto em termos de procedimentos quanto de servidores, e há um passivo considerável de processos em andamento. Os desafios são similares aos de estruturar um setor novo. Embora a atividade não seja uma novidade no serviço público, ela está em transformação. Outras universidades já têm isso bem mais estruturado, e vamos nos espelhar em alguns exemplos. O desafio é organizar a casa toda enquanto estamos morando nela.

**Carla: Como são feitas as comissões processantes, de sindicância e de PAD? Como você gostaria que fossem?**

**Diego:** Quando se decide pela abertura de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) ou de uma Sindicância, é necessário encontrar servidores para compor essas comissões. Para isso, alguns requisitos são importantes: por exemplo, servidores não estáveis não podem compor a comissão. Evitamos incluir servidores lotados no mesmo local do fato, pois podem ter algum tipo de impedimento, não declarar algumas informações, ou ter relação pessoal com os investigados ou vítimas, seja de amizade ou antagonismo. Embora seja apenas o passo inicial de uma Sindicância, formar as comissões é a parte mais desafiadora atualmente, justamente por conta de uma cultura prevalente na universidade de que o PAD ou a sindicância são formas de punição no imaginário da comunidade acadêmica. Mas isso não é verdade. Pelo contrário, são mecanismos de Correição e garantia de direitos. Obviamente, se uma conduta for identificada como irregular ou desvio de comportamento, e houver respaldo legal, alguma penalidade poderá ser aplicada. No entanto, o PAD e a sindicância servem para esclarecer a situação e oferecer ao servidor a oportunidade de defesa. Sem esses procedimentos formais, estaríamos vulneráveis a perseguições e outras práticas injustas. No processo, tudo precisa ser registrado e as decisões devem ser tomadas com base na lei, o que oferece garantias a todos: tanto ao servidor acusado quanto às vítimas, assegurando que a denúncia não foi em vão. Denunciar algo não é fácil e requer coragem. Atualmente, enfrentamos grande dificuldade em formar as comissões porque muitas pessoas se sentem no direito de recusar a participação. Por outro lado, a universidade não exerce plenamente seu dever de exigir a participação, exceto em casos de justificativa válida, como licença por motivos de saúde ou férias. Em algumas situações, convocamos erroneamente alguém que já está aposentado, por exemplo. Embora existam essas exceções, a regra deve ser a obrigatoriedade da participação. Gostaria que fosse assim, pois um grande obstáculo desapareceria se pudéssemos contar sempre com nosso corpo de servidores para compor as comissões quando necessário. No entanto, hoje isso ainda não ocorre.

**Carla e Gustavo: Houve aumento ou diminuição no número de processos de sindicância ou PAD? Por quê?**

**Diego:** Houve um aumento, não exatamente no número de processos de sindicância ou PAD, mas nas denúncias e nas instaurações de Investigações Preliminares Sumárias (IPS). Consequentemente, isso leva a um aumento no número de PADs e sindicâncias, o que acaba se refletindo no volume de processos. A razão para isso é simples: desde fevereiro de 2023, a DAC assumiu a responsabilidade pela Correição de toda a

**DESAFIOS ATUAIS DA COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E  
ARTICULAÇÕES COM A SOCIEDADE (CORIN) DA UFRJ**

universidade, que anteriormente era realizada de maneira descentralizada e pulverizada por unidades e decanias. Com essa centralização, é natural o aumento.

**Carla e Gustavo: Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?**

**Diego:** Sim! Com essas mudanças, centralização e reestruturação do setor, espero poder oferecer um serviço de Correição mais eficiente. Quero que as pessoas sintam que suas denúncias e informações são levadas a sério e que não estão sozinhas. É importante mostrar que a universidade está melhorando nesse aspecto. Meu desejo é que a Correição seja percebida de maneira positiva e que possamos promover essa mudança cultural.